



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
(DO SR. GONZAGA PATRIOTA)

ASSUNTO:

Dispõe sobre o porte de armas curtas pelos motoristas de cargas autônomos  
ou de empresas.

DESPACHO: JUSTIÇA

AO ARQUIVO em 30 de agosto de 19 89

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19 \_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19 \_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19 \_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19 \_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19 \_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19 \_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19 \_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19 \_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_  
Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19 \_\_\_\_  
O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

3407 • 89  
PROJETO N.º DE 19

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
PROJETO DE LEI Nº 3.407, DE 1989  
(DO SR. GONZAGA PATRIOTA)



Dispõe sobre o porte de armas curtas pelos motoristas de cargas autônomos ou de empresas.

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO).





CÂMARA DOS DEPUTADOS

As Comissões :

1. Constituição e Justiça e Redação

2. \_\_\_\_\_

3. \_\_\_\_\_

Em 28 / 08 / 89.

  
Presidente

PROJETO DE LEI Nº 3.407, DE 1989

(Do Deputado GONZAGA PATRIOTA)

"Dispõe sobre o porte de armas curtas pelos motoristas de cargas autônomos ou de empresas".

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os motoristas de cargas que trabalhem por contra própria ou por relação contratual de trabalho, poderão transportar no veículo de transporte de cargas, durante o período de trabalho, armas de fogo de cano curto, exclusivamente para sua defesa pessoal.

§ 1º A comprovação do exercício de profissão será feita pelo respectivo sindicato e a autorização para porte de arma será expedida pela autoridade policial de domicílio do interessado a vista de elementos que comprovem bons antecedentes e exercício atual da profissão.

§ 2º Não serão objetos de autorização o porte relativo a armas de uso exclusivo das Forças Armadas ou cuja parte seja proibido a particulares.

§ 3º A autorização será concedida por 2 (dois) anos renováveis a cada período idêntico, sob pena de opressão.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentava a presente lei 90 (noventa) dias após sua publicação.



Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

### JUSTIFICAÇÃO

O motorista de transporte de cargas é elemento que transporta riquezas, constituída pelos bens que transporta.

A vida desses profissionais é folclórica, às vezes perigosas, pelas aventuras, que vivenciam na sua faina diária.

Os jornais a cada instante noticiam furtos, e até assassinatos desses profissionais.

É preciso em razão disso, ~~con~~ferir-lhe garantias que os protejam do desamparo pessoal em que se encontram.

O motorista de carga viaja por dias, atravessando paragens desoladas, em condições pessoais de cansaço e desamparo, sendo alvo fácil de assaltantes e marginais de modo geral.

Por estas razões parece-nos indispensável conceder-lhes o porte de arma, quando em serviço, para uso e transporte dentro do veículo.

Com as proibições constantes do § 1º, do art. 1º, impede-se o uso de armas pesadas por estes profissionais,





procurando, assim, caracterizar a defesa própria como fato relevante para outorga da licença.

São as nossas justificações.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1989

Deputado Gonzaga Patriota



CÂMARA DOS DEPUTADOS



PROJETO DE LEI Nº 3.407, de 1989

Autor: Deputado Gonzaga Patriota

Relator: Deputado Ibrahim Abi-Ackel

Dispõe sobre o porte de armas curtas pelos motoristas de cargas autônomos ou de empresas.

O projeto de lei nº 3.407, de 1989, de autoria do Deputado Gonzaga Patriota, destina-se a autorizar o porte de armas curtas por motoristas de carga, enquanto no exercício da profissão.

Apesar de dispor sobre a comprovação do exercício da atividade e a autorização para o porte de arma pela autoridade policial competente, o projeto incumbe o Poder Executivo de regulamentar a lei nos 90 dias subseqüentes à sua publicação.

O projeto é constitucional, jurídico e está redigido em boa técnica legislativa.

O parecer é pela aprovação, no mérito.

Sala da Comissão, 12 de outubro de 1989

*Ibrahim Abi-Ackel*  
IBRAHIM ABI-ACKEL

Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



PROJETO DE LEI Nº 3.407, DE 1989

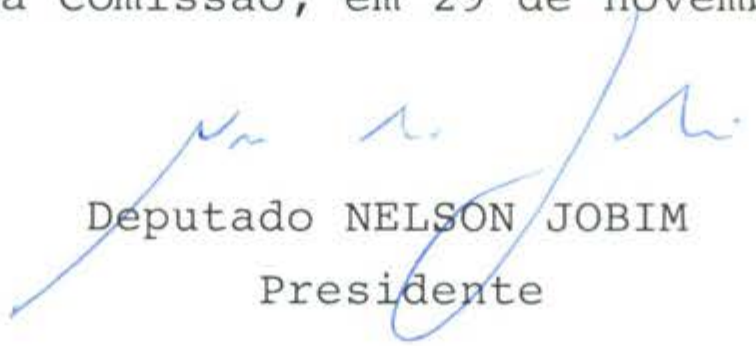
PARECER DA COMISSÃO


A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária plenária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.407/89, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Nelson Jobim - Presidente, João Natal - Vice-Presidente, Arnaldo Moraes, Carlos Vinagre, Harlan Gadelha, Hélio Manhães, José Dutra, Leopoldo Souza, Mendes Ribeiro, Michel Temer, Aloysio Chaves, Dionísio Hage, Eliézer Moreira, Francisco Benjamim, Horácio Ferraz, Jorge Hage, Gerson Peres, Doutel de Andrade, Benedicto Monteiro, José Genoíno, José Maria Eymael, Marcos Formiga, Aldo Arantes, Roberto Freire, Nilson Gibson, Osvaldo Macedo, Plínio Martins, Renato Vianna, Rosário Congro Neto, Sérgio Spada, Theodoro Mendes, Tito Costa, Messias Góis, Ney Lopes, Oscar Corrêa, Juarez Marques Batista, Sigmaringa Seixas, Ibrahim Abi-Ackel, Sílvio Abreu, Roberto Torres, Afrísio Vieira Lima, Aluizio Campos, Alcides Lima, Adylson Motta, Jesus Tajra, Rodrigues Palma e Gonzaga Patriota.

Sala da Comissão, em 29 de novembro de 1989

  
Deputado NELSON JOBIM  
Presidente

  
Deputado IBRAHIM ABI-ACKEL  
Relator

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

PROJETO DE LEI Nº 3.407-A, DE 1989

(DO SR. GONZAGA PATRIOTA)

Dispõe sobre o porte de armas curtas pelos motoristas de cargas autônomos ou de empresas; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e Redação, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

(PROJETO DE LEI Nº 3.407, DE 1989, A QUE SE REFERE  
O PARECER)





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.407, DE 1989

(Do Sr. Gonzaga Patriota)

**Dispõe sobre o porte de armas curtas pelos motoristas de cargas autônomos ou de empresas.**

(À Comissão de Constituição e Justiça e Redação.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os motoristas de cargas que trabalhem por conta própria ou por relação contratual de trabalho, poderão transportar no veículo de transporte de cargas, durante o período de trabalho, armas de fogo de cano curto, exclusivamente para sua defesa pessoal.

§ 1º A comprovação do exercício de profissão será feita pelo respectivo sindicato e a autorização para porte de arma será expedida pela autoridade policial de domicílio do interessado a vista de elementos que comprovem bons antecedentes e exercício atual da profissão.

§ 2º Não serão objetos de autorização o porte relativo a armas de uso exclusivo das Forças Armadas ou cujo porte seja proibido a particulares.

§ 3º A autorização será concedida por 2 (dois) anos renováveis a cada período idêntico, sob pena de apreensão.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei 90 (noventa) dias após sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

## Justificação

O motorista de transporte de cargas é elemento que transporta riquezas, constituídas pelos bens que transporta.

A vida desses profissionais é folclórica, às vezes perigosa, pelas aventuras, que vivenciam na sua faina diária.

Os jornais a cada instante noticiam furtos, e até assassinatos desses profissionais.

É preciso em razão disso, conferir-lhes garantias que os protejam do desamparo pessoal em que se encontram.

O motorista de carga viaja por dias, atravessando paragens desoladas, em condições pessoais de cansaço e desamparo, sendo alvo fácil de assaltantes e marginais de modo geral.

Por estas razões parece-nos indispensável conceder-lhes o porte de arma, quando em serviço, para uso e transporte dentro do veículo.

Com as proibições constantes do § 1º do art. 1º, impede-se o uso de armas pesadas por estes profissionais, procurando, assim, caracterizar a defesa própria como fato relevante para outorga da licença.

São as nossas justificações.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 1989. \_ Deputado **Gonzaga Patriota**.

Caixa: 131

Lote: 65  
PL Nº 3407/1989

9



*Emendado em Plenário. A Comissão de Cons-  
tituição e Justiça e de Redação. Em 22.05.90.  
Idelir Leite*



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.407-A, DE 1989

(Do Sr. Gonzaga Patriota)

Dispõe sobre o porte de armas curtas pelos motoristas de cargas autônomos ou de empresas; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e Redação, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

(Projeto de Lei nº 3.407, de 1989, a que se refere o parecer.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os motoristas de cargas que trabalhem por conta própria ou por relação contratual de trabalho, poderão transportar no veículo de transporte de cargas, durante o período de trabalho, armas de fogo de cano curto, exclusivamente para sua defesa pessoal.

§ 1º A comprovação do exercício de profissão será feita pelo respectivo sindicato e a autorização para porte de arma será expedida pela autoridade policial de domicílio do interessado à vista de elementos que comprovem bons antecedentes e exercício atual da profissão.

§ 2º Não serão objetos de autorização o porte relativo a armas de uso exclusivo das Forças Armadas ou cujo porte seja proibido a particulares.

§ 3º A autorização será concedida por 2 (dois) anos renováveis a cada período idêntico, sob pena de apreensão.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei 90 (noventa) dias após sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

### **Justificação**

O motorista de transporte de cargas é elemento que transporta riquezas, constituídas pelos bens que transporta.

A vida desses profissionais é folclórica, às vezes perigosa, pelas aventuras, que vivenciam na sua faina diária.

Os jornais a cada instante noticiam furtos, e até assassinatos desses profissionais.

É preciso em razão disso, conferir-lhes garantias que os protejam do desamparo pessoal em que se encontram.

O motorista de carga viaja por dias, atravessando paragens desoladas, em condições pessoais de cansaço e desamparo, sendo alvo fácil de assaltantes e marginais de modo geral.

Por estas razões parece-nos indispensável conceder-lhes o porte de arma, quando em serviço, para uso e transporte dentro do veículo.

Com as proibições constantes do § 1º do art. 1º, impede-se o uso de armas pesadas por estes profissionais, procurando, assim, caracterizar a defesa própria como fato relevante para outorga da licença.

São as nossas justificações.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 1989. \_ Deputado **Gonzaga Patriota**.

### **PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E**

### **JUSTIÇA E REDAÇÃO**

### **I \_ Relatório**

O Projeto de Lei nº 3.407, de 1989, de autoria do Deputado Gonzaga Patriota, destina-se a autorizar o porte de armas curtas por motoristas de carga, enquanto no exercício da profissão.

Apesar de dispor sobre a comprovação do exercício da atividade e a autorização para o porte de arma pela autoridade policial competente, o projeto incumbe o Poder Executivo de regulamentar a lei nos 90 dias subsequentes à sua publicação.

### **II \_ Voto do Relator**

O projeto é constitucional, jurídico e está redigido em boa técnica legislativa.



O parecer é pela aprovação, no mérito.

Sala da Comissão, 12 de outubro de 1989. — **Ibrahim Abi-Ackel**, Relator.

### III — Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.407/89, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Nelson Jobim, Presidente; João Natal, Vice-Presidente; Arnaldo Moraes, Carlos Vinagre, Harlan Gadelha, Hélio Manhães, José Dutra, Leopoldo Souza, Mendes Ribeiro, Michel Temer, Aloysio Chaves, Dionísio Hage, Eliézer Moreira, Francisco Benjamim, Horácio Ferraz, Jorge Hage, Gerson Peres, Doutel de Andrade, Benedicto Monteiro, José Genoíno, José Maria Eymael, Marcos Formiga, Aldo Arantes, Roberto Freire, Nilson Gibson, Osvaldo Macedo, Plínio Martins, Renato Vianna, Rosário Congro Neto, Sérgio Spada, Theodoro Mendes, Tito Costa, Messias Góis, Ney Lopes, Oscar Corrêa, Juarez Marques Batista, Sigmaringa Seixas, Ibrahim Abi-Ackel, Silvio Abreu, Roberto Torres, Afrísio Vieira Lima, Aluizio Campos, Alcides Lima, Adylson Motta, Jesus Tajra, Rodrigues Palma e Gonzaga Patriota.

Sala da Comissão, 29 de novembro de 1989. — Deputado **Nelson Jobim**, Presidente — Deputado **Ibrahim Abi-Ackel**, Relator.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

*A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.  
Em 22.05.90. Idelir Brito*

EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 3407-A DE 1986.

Substituir a expressão "armas de fogo" por "arma de fogo" no caput do art. 1º do referido projeto.

JUSTIFICATIVA

Não foi intuito do nobre deputado autor do projeto, criar verdadeiros arsenais em mãos de motoristas de caminhão e sim proporcionar condições mínimas de defesa pessoal, por isso a singularização da expressão "armas de fogo" se faz necessário.

Sala das Sessões, em maio de 1990.

 - GIDEL DANTAS





CÂMARA DOS DEPUTADOS

*2 -*  
*A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.*  
*Em 22.05.90.* *Jodis Butty*

EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 3407-A DE 1986.

Dê-se a seguinte redação ao §1º do art. 1º do referido projeto:

art. 1º .....

§1º - A comprovação do exercício da profissão será concedida pelo respectivo sindicato ou autoridade municipal competentes e a autorização para porte de arma será expedida pelo Departamento de Polícia Federal à vista de elementos que comprovem bons antecedentes e exercício atual de profissão.

JUSTIFICATIVA

Os usuários do porte normalmente tráfegarão por todo o território nacional e por isso a necessidade de um porte de amplitude federal.

Sala das Sessões, em maio de 1990.

*[Assinatura]* - GIDEL DANTAS

## CÂMARA DOS DEPUTADOS



PROJETO DE LEI Nº 3.407-B, DE 1.989

(DO SR. GONZAGA PATRIOTA)

Dispõe sobre o porte de armas curtas pelos motoristas de cargas autônômos ou de empresas; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e Redação, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação. PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO: da Comissão de Constituição e Justiça e Redação, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação da emenda nº 1 e rejeição da de nº 2.

(PROJETO DE LEI Nº 3.407-A, DE 1989, EMENDADO EM PLENÁRIO, A QUE SE REFERE O PARECER)





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.407-A, DE 1989

(Do Sr. Gonzaga Patriota)

Dispõe sobre o porte de armas curtas pelos motoristas de cargas autônomos ou de empresas; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e Redação, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

(Projeto de Lei nº 3.407, de 1989, a que se refere o parecer.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os motoristas de cargas que trabalhem por conta própria ou por relação contratual de trabalho, poderão transportar no veículo de transporte de cargas, durante o período de trabalho, armas de fogo de cano curto, exclusivamente para sua defesa pessoal.

§ 1º A comprovação do exercício de profissão será feita pelo respectivo sindicato e a autorização para porte de arma será expedida pela autoridade policial de domicílio do interessado à vista de elementos que comprovem bons antecedentes e exercício atual da profissão.

§ 2º Não serão objetos de autorização o porte relativo a armas de uso exclusivo das Forças Armadas ou cujo porte seja proibido a particulares.

§ 3º A autorização será concedida por 2 (dois) anos renováveis a cada período idêntico, sob pena de apreensão.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei 90 (noventa) dias após sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

### Justificação

O motorista de transporte de cargas é elemento que transporta riquezas, constituídas pelos bens que transporta.

A vida desses profissionais é folclórica, às vezes perigosa, pelas aventuras, que vivenciam na sua faina diária.

Os jornais a cada instante noticiam furtos, e até assassinatos desses profissionais.

É preciso em razão disso, conferir-lhes garantias que os protejam do desamparo pessoal em que se encontram.

O motorista de carga viaja por dias, atravessando paragens desoladas, em condições pessoais de cansaço e desamparo, sendo alvo fácil de assaltantes e marginais de modo geral.

Por estas razões parece-nos indispensável conceder-lhes o porte de arma, quando em serviço, para uso e transporte dentro do veículo.

Com as proibições constantes do § 1º do art. 1º, impede-se o uso de armas pesadas por estes profissionais, procurando, assim, caracterizar a defesa própria como fato relevante para outorga da licença.

São as nossas justificações.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 1989. — Deputado **Gonzaga Patriota**.

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E

JUSTIÇA E REDAÇÃO

### I \_ Relatório

O Projeto de Lei nº 3.407, de 1989, de autoria do Deputado Gonzaga Patriota, destina-se a autorizar o porte de armas curtas por motoristas de carga, enquanto no exercício da profissão.

Apesar de dispor sobre a comprovação do exercício da atividade e a autorização para o porte de arma pela autoridade policial competente, o projeto incumbe o Poder Executivo de regulamentar a lei nos 90 dias subsequentes à sua publicação.

### II \_ Voto do Relator

O projeto é constitucional, jurídico e está redigido em boa técnica legislativa.





O parecer é pela aprovação, no mérito.

Sala da Comissão, 12 de outubro de 1989. \_ **Ibrahim Abi-Ackel**, Relator.

### III \_ Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.407/89, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Nelson Jobim, Presidente; João Natal, Vice-Presidente; Arnaldo Moraes, Carlos Vinagre, Harlan Gadelha, Hélio Maranhães, José Dutra, Leopoldo Souza, Mendes Ribeiro, Michel Temer, Aloysio Chaves, Dionísio Hage, Eliézer Moreira, Francisco Benjamim, Horácio Ferraz, Jorge Hage, Gerson Peres, Doutel de Andrade, Benedicto Monteiro, José Genoíno, José Maria Eymael, Marcos Formiga, Aldo Arantes, Roberto Freire, Nilson Gibson, Osvaldo Macedo, Plínio Martins, Renato Vianna, Rosário Congro Neto, Sérgio Spada, Theodoro Mendes, Tito Costa, Messias Góis, Ney Lopes, Oscar Corrêa, Juarez Marques Batista, Sigmaringa Seixas, Ibrahim Abi-Ackel, Silvio Abreu, Roberto Torres, Afrísio Vieira Lima, Aluizio Campos, Alcides Lima, Adylson Motta, Jesus Tajra, Rodrigues Palma e Gonzaga Patriota.

Sala da Comissão, 29 de novembro de 1989. \_ Deputado **Nelson Jobim**, Presidente \_ Deputado **Ibrahim Abi-Ackel**, Relator.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3407-A, de 1989



"Dispõe sobre o porte de armas curtas pelos motoristas de cargas autônomos ou de empresas".

**Autor:** Deputado Gonzaga Patriota

**Relator:** Deputado Ibrahim Abi-Ackel

Após receber duas emendas em Plenário, o projeto de lei nº 3407, de autoria do Deputado Gonzaga Patriota, volta à Comissão de Constituição e Justiça e Redação. A primeira emenda substitui a expressão "armas de fogo" por "arma de fogo" no caput do artigo 1º. A segunda dispõe sobre a comprovação do exercício da profissão e a competência do Departamento de Polícia Federal para a expedição do porte de arma.

Entendi, ao relatar o projeto, que a mens legis era exatamente a de propiciar a cada motorista de carga o porte de uma arma de cano curto, destinada exclusivamente à sua defesa pessoal. Pareceu-me irrelevante o plural, mesmo porque tal arma de fogo somente poderá ser conduzida mediante seu respectivo registro e documento de porte, o que desde logo submete à autoridade policial, incumbida de tais diligências, o controle de tais situações. Não tenho, porém, nenhuma objeção a que se reduza a expressão ao singular, razão pela qual meu parecer é de que se acolha a primeira emenda.

Cumpre-me, porém, formular objeções à segunda emenda. A comprovação do exercício profissional deve ficar restrita ao sindicato respectivo, único detentor dos registros competentes. A autoridade municipal, qualquer que seja, teria que se valer de informações colhidas exatamente em registros profissionais para emitir qualquer documento de comprovação do exercício da profissão. O controle da expedição dos registros de arma e respectivos portes aconselha a exclusividade da fonte de infor





mação para melhor fiscalização do uso de tais armas.

Por outro lado, o porte de arma deverá ser expedido pela autoridade policial do domicílio do interessado, tal como dispõe o projeto. Esta autoridade integra necessariamente a Secretaria de Segurança Pública de cada unidade federada, o que permitirá a reunião de todos os dados pertinentes à matéria na respectiva Delegacia especializada.

Eventuais necessidades de controle não contempladas no projeto ficarão por conta da regulamentação, a ser processada pelo Poder Executivo, nos termos do artigo 3º.

Por estas razões, sou de parecer que a segunda emenda deve ser rejeitada.

Sala das Comissões, 06 junho de 1990

IBRAHIM ABI-ACKEL

Relator



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**



EMENDAS OFERECIDAS EM PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 3.407-A/89

PARECER DA COMISSÃO


A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária plenária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação da Emenda nº 1 e rejeição da de nº 2, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Theodoro Mendes - Presidente, José Dutra - Vice-Presidente, Carlos Vinagre, Harlan Gadelha, Hélio Maranhães, Leopoldo Souza, Evaldo Gonçalves, Horácio Ferraz, Jairo Carneiro, José Thomaz Nonô, José Guedes, Gonzaga Patriota, Antônio Câmara, José Genoíno, Michel Temer, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Renato Vianna, Messias Góis, Ney Lopes, Moema São Thiago, Plínio Martins, Sigmaringa Seixas, Gerson Peres, Marcos Formiga, Tarso Genro, José Maria Ey-mael, Antônio de Jesus, Fernando Velasco, Genebaldo Correia, Aloysio Chaves, Francisco Benjamim, Egídio Ferreira Lima, Adylson Motta, Jorge Arbage, Fernando Santana, Jovani Masi-ni, Raimundo Bezerra, Samir Achôa, Gilberto Carvalho, Je-sualdo Cavalcanti, Rosário Congro Neto e Jorge Hage.

Sala da Comissão, em 22 de agosto de 1990

  
Deputado THEODORO MENDES  
Presidente

  
Deputado IBRAHIM ABI-ACKEL  
Relator



Rejeitadas as emendas ao 2º de Plenário e aprovada a  
de 4º 2, aprovada o Projeto e a Redação Final. Ao Senado  
Federal em 4.12.89

*Idelir Buitz*

Secretário-Geral da Mesa



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PROJETO DE LEI Nº 3.407-B, DE 1989

(Do Sr. Gonzaga Patriota)

Dispõe sobre o porte de armas curtas pelos motoristas de cargas autônomos ou de empresas; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação. Parecer às emendas de Plenário: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação da Emenda nº 1 e rejeição da de nº 2.

(Projeto de Lei nº 3.407-A, de 1989, emendado em plenário, a que se refere o parecer.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os motoristas de cargas que trabalham por conta própria ou por relação contratual de trabalho, poderão transportar no veículo de transporte de cargas, durante o período de trabalho, armas de fogo de cano curto, exclusivamente para sua defesa pessoal.

§ 1º A comprovação do exercício de profissão será feita pelo respectivo sindicato e a autorização para porte de arma será expedida pela autoridade policial de domicílio do interessado à vista de elementos que comprovem bons antecedentes e exercício atual da profissão.

§ 2º Não serão objetos de autorização o porte relativo a armas de uso exclusivo das Forças Armadas ou cujo porte seja proibido a particulares.

§ 3º A autorização será concedida por 2 (dois) anos renováveis a cada período idêntico, sob pena de apreensão.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei 90 (noventa) dias após sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

O motorista de transporte de cargas é elemento que transporta riquezas, constituídas pelos bens que transporta.

A vida desses profissionais é folclórica, às vezes perigosa, pelas aventuras que vivenciam na sua faina diária.

Os jornais a cada instante noticiam furtos, e até assassinatos desses profissionais.

É preciso em razão disso, conferir-lhes garantias que os protejam do desamparo pessoal em que se encontram.

O motorista de carga viaja por dias, atravessando paragens desoladas, em condições pessoais de cansaço e desamparo, sendo alvo fácil de assaltantes e marginais de modo geral.

Por estas razões parece-nos indispensável conceder-lhes o porte de arma, quando em serviço, para uso e transporte dentro do veículo.

Com as proibições constantes do § 1º do art. 1º, impede-se o uso de armas pesadas por estes profissionais, procurando, assim, caracterizar a defesa própria como fato relevante para outorga da licença.

São as nossas justificações.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 1989. —  
Deputado Gonzaga Patriota.

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E  
JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

#### I — Relatório

O Projeto de Lei nº 3.407, de 1989, de autoria do Deputado Gonzaga Patriota, destina-se a autorizar o porte de armas curtas por motoristas de carga, enquanto no exercício da profissão.

Apesar de dispor sobre a comprovação do exercício da atividade e a autorização para o porte de arma pela autoridade policial competente, o projeto incumbe o Poder Executivo de regulamentar a lei nos 90 dias subseqüentes à sua publicação.

#### II — Voto do Relator

O projeto é constitucional, jurídico e está redigido em boa técnica legislativa.

O parecer é pela aprovação, no mérito.

Sala da Comissão, 12 de outubro de 1989. —  
Ibrahim Abi-Ackel, Relator.

#### III — Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.407/89, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Nelson Jobim, Presidente; João Natal, Vice-Presidente; Arnaldo Moraes, Carlos Vinagre, Harlan Gadelha, Hélio Manhães, José Dutra, Leopoldo Souza, Mendes Ribeiro, Michel Temer, Aloysio Chaves, Dionísio Hage, Eliézer Moreira, Francisco Benjamim, Horácio Ferraz, Jorge Hage, Gerson Peres, Doutel de Andrade, Benedicto Monteiro, José Genoíno, José Maria Eymael, Marcos Formiga, Aldo Arantes, Roberto



Freire, Nilson Gibson, Osvaldo Macedo, Plínio Martins, Renato Vianna, Rosário Congro Neto, Sérgio Spada, Theodoro Mendes, Tito Costa, Messias Góis, Ney Lopes, Oscar Corrêa, Juarez Marques Batista, Sigmaringa Seixas, Ibrahim Abi-Ackel, Sílvio Abreu, Roberto Torres, Afri-sio Vieira Lima, Aluizio Campos, Alcides Lima, Adylson Motta, Jesus Tajra, Rodrigues Palma e Gonzaga Patriota.

Sala da Comissão, 29 de novembro de 1989. —  
Deputado **Nelson Jobim**, Presidente — Depu-  
tado **Ibrahim Abi-Ackel**, Relator.

**EMENDAS OFERECIDAS EM PLENÁRIO**  
**Nº 1**

Substituir a expressão "armas de fogo" por "arma de fogo" no **caput** do art. 1º do referido projeto.

**Justificação**

Não foi intuito do nobre deputado autor do projeto, criar verdadeiros arsenais em mãos de motoristas de caminhão e sim proporcionar condições mínimas de defesa pessoal, por isso a singularização da expressão "armas de fogo" se faz necessária.

Sala das Sessões, maio de 1990. —  
Deputado **Gidel Dantas**.

**Nº 2**

Dê-se a seguinte redação ao § 1º do art. 1º do referido projeto:

Art. 1º .....

§ 1º A comprovação do exercício da profissão será concedida pelo respectivo sindicato ou autoridade municipal competente e a autorização para porte de arma será expedida pelo Departamento de Polícia Federal à vista de elementos que comprovem bons antecedentes e exercício atual da profissão.

**Justificação**

Os usuários do porte normalmente tráfegarão por todo o território nacional e por isso a necessidade de um porte de amplitude federal.

Sala das Sessões, de maio de 1990. —  
Deputado **Gidel Dantas**.

**PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**

**I e II — Relatório e Voto do Relator**

Após receber duas emendas em Plenário, o Projeto de Lei nº 3.407, de autoria do Deputado Gonzaga Patriota, volta à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação. A primeira emenda substitui a expressão "armas de fogo" por "arma de fogo" no **caput** do art. 1º. A segunda dispõe sobre a comprovação do exercício da profissão e a competência do Departamento de Polícia Federal para a expedição do porte de arma.

Entendi, ao relatar o projeto, que a **mens legis** era exatamente a de propiciar a cada motorista de carga o porte de uma arma de cano curto, destinada exclusivamente à sua defesa pessoal. Pareceu-me irrelevante o plural, mes-

mo porque tal arma de fogo somente poderá ser conduzida mediante seu respectivo registro e documento de porte, o que desde logo submete à autoridade policial, incumbida de tais diligências, o controle de tais situações. Não tenho, porém, nenhuma objeção a que se reduza a expressão ao singular, razão pela qual meu parecer é de que se acolha a primeira emenda.

Cumpr-me, porém, formular objeções à segunda emenda. A comprovação do exercício profissional deve ficar restrita ao sindicato respectivo, único detentor dos registros competentes. A autoridade municipal, qualquer que seja, teria que se valer de informações colhidas exatamente em registros profissionais para emitir qualquer documento de comprovação do exercício da profissão. O controle da expedição dos registros de arma e respectivos portes aconselha a exclusividade da fonte de informação para fiscalização do uso de tais armas.

Por outro lado, o porte de arma deverá ser expedido pela autoridade policial do domicílio do interessado, tal como dispõe o projeto. Esta autoridade integra necessariamente a Secretaria de Segurança Pública de cada unidade federada, o que permitirá a reunião de todos os dados pertinentes à matéria na respectiva Delegacia especializada.

Eventuais necessidades de controle não contempladas no projeto ficarão por conta da regulamentação, a ser processada pelo Poder Executivo, nos termos do art. 3º.

Por estas razões, sou de parecer que a segunda emenda deve ser rejeitada.

Sala das Comissões, 6 de junho de 1990. —  
Deputado **Ibrahim Abi-Ackel**, Relator.

**III — Parecer da Comissão**

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária plenária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação da Emenda nº 1 e rejeição da de nº 2, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Theodoro Mendes, Presidente; José Dutra, Vice-Presidente; Carlos Vinagre, Harlan Gadelha, Hélio Manhães, Leopoldo Souza, Evaldo Gonçalves, Horácio Ferraz, Jairo Carneiro, José Thomaz Nonô, José Guedes, Gonzaga Patriota, Antônio Câmara, José Genoíno, Michel Temer, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Renato Vianna, Messias Góis, Ney Lopes, Moema São Thiago, Plínio Martins, Sigmaringa Seixas, Gerson Peres, Marcos Formiga, Tarso Genro, José Maria Eymael, Antônio de Jesus, Fernando Velasco, Genebaldo Correia, Aloysio Chaves, Francisco Benjamim, Egídio Ferreira Lima, Adylson Motta, Jorge Arbage, Fernando Santana, Jovani Masini, Raimundo Bezerra, Samir Achôa, Gilberto Carvalho, Jesusaldo Cavalcanti, Rosário Congro Neto e Jorge Hage.

Sala da Comissão, 22 de agosto de 1990. —  
Deputado **Theodoro Mendes**, Presidente — Depu-  
tado **Ibrahim Abi-Ackel**, Relator.



PROJETO DE LEI Nº 3.407-B, DE 1989  
(DO SR. GONZAGA PATRIOTA)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.407-A, de 1989, que dispõe sobre o porte de armas curtas pelos motoristas de cargas autônomos ou de empresas; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação (Relator: Sr. Ibrahim Abi-Ackel). PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação da emenda nº 1 e rejeição da de nº 2 (Relator: Sr. Ibrahim Abi-Ackel).

A MATÉRIA TEVE SUA DISCUSSÃO ENCERRADA NA SESSÃO DE 22 de MAIO ÚLTIMO.

EM VOTAÇÃO A EMENDA DE PLENÁRIO Nº 1, QUE TEM PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO PELA APROVAÇÃO.

EM VOTAÇÃO A EMENDA DE PLENÁRIO Nº 2, QUE TEM PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO, NO MÉRITO, PELA REJEIÇÃO.

EM VOTAÇÃO O PROJETO.

EM VOTAÇÃO A REDAÇÃO FINAL.

A MATÉRIA VAI AO SENADO FEDERAL.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.407-C, DE 1989

Dispõe sobre o porte de armas curtas pelos motoristas de cargas autônomos ou de empresas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Os motoristas de cargas que trabalhem por conta própria ou por relação contratual de trabalho, poderão transportar no veículo de transporte de cargas, durante o período de trabalho, armas de fogo de cano curto, exclusivamente para sua defesa pessoal.

§ 1º - A comprovação do exercício da profissão será concedida pelo respectivo sindicato ou autoridade municipal competente e a autorização para porte de arma será expedida pelo Departamento de Polícia Federal à vista de elementos que comprovem bons antecedentes e exercício atual da profissão.

§ 2º - Não serão objetos de autorização o porte relativo a armas de uso exclusivo das Forças Armadas ou cuja parte seja proibido a particulares.

§ 3º - A autorização será concedida por 2 (dois) anos renováveis a cada período idêntico, sob pena de apreensão.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias após sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1990.

  
Relator



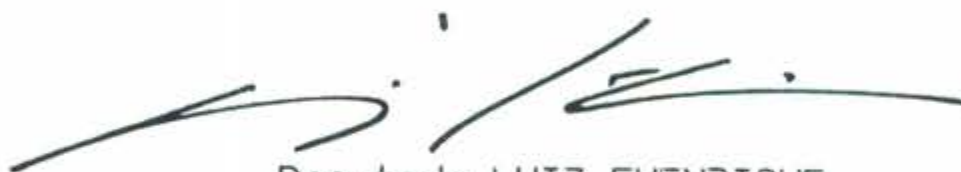
Of.PS-GSE/298/90

Brasília, 05 de dezembro de 1990.

Senhor Secretário,

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o Projeto de Lei nº 3.407-B, - de 1989, da Câmara dos Deputados, que "dispõe sobre o porte de armas curtas pelos motoristas de cargas autônomos ou de empresas".

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de estima e apreço.



Deputado LUIZ FENRIQUE

Primeiro Secretário

A Sua Excelência o Senhor

Senador MENDES CANALE

DD. Primeiro Secretário do Senado Federal

E M E N T A

Dispõe sobre o porte de armas curtas pelos motoristas de cargas autônomos ou de empresas.

GONZAGA PATRIOTA  
(PDT - PE)

A N D A M E N T O

Sancionado ou promulgado

Publicado no Diário Oficial de

Vetado

Razões do veto-publicadas no

17.08.89 PLENÁRIO  
Fala o autor, apresentando o projeto.

DCN 18.08.89, pág. 8013, col. 02.

MESA

Despacho: À Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

21.08.89 PLENÁRIO  
É lido e vai a imprimir.

DCN 22.08.89, pág. 8156, col. 02.

04.10.89 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO  
Distribuído ao relator, Dep. IBRAHIM ABI-ACKEL.

DCN 25.11.89, pág. 13753, col. 01.

29.11.89 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO  
Aprovado unanimemente o parecer do relator, Dep. IBRAHIM ABI-ACKEL, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

DCN 03.03.90, pág. 937, col. 02.



PL. 3.407/89

PRONTO PARA A ORDEM DO DIA

- 13.12.89 É lido e vai a imprimir, tendo parecer, da Comissão de Constituição e Justiça e Redação, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.  
(PL. 3.407-A/89)

DCN 14.12.89, pág. 15528, col. 02

PLENÁRIO

- 22.05.90 O Sr. Presidente anuncia a Discussão Única.  
Encerrada a discussão.  
Apresentação de 02 Emendas pelo Dep. Gidel Dantas.  
Volta à CCJR.

DCN 23.05.90, pág. 5477, col. 02

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (EMENDAS DE PLENÁRIO)

- 25.05.90 Distribuído ao relator, Dep. IBRAHIM ABI-ACKEL.

DCN 26.05.90, pág. 5762, col. 01.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (EMENDAS DE PLENÁRIO)

- 22.08.90 Aprovado unanimemente o parecer do relator, Dep. IBRAHIM ABI-ACKEL, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação da Emenda nº 1 e rejeição da nº 2.

DCN

PRONTO PARA A ORDEM DO DIA

- 17.10.90 É lido e vai a imprimir, tendo parecer, da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação. PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação da emenda nº 1 e rejeição da de nº 2.  
(PL. 3.407-B/89)

DCN

continua ...

## ANDAMENTO

PLENÁRIO

28.11.90 O Sr. Presidente anuncia a Votação em Discussão Única.  
Adiada a votação por FALTA DE QUORUM.

DCN

PLENÁRIO

04.12.90 O Sr. Presidente anuncia a Votação em Discussão Única.  
Em votação a Emenda 01 de Plenário: APROVADA.  
Em votação a Emenda 02 de Plenário: APROVADA. (contra o voto do PT).  
Em votação o Projeto: APROVADO (contra o voto do PT).  
Vai à Redação Final.

DCN

PLENÁRIO

04.12.90 Em votação a Redação Final oferecida pelo relator, Dep. GASTONE RIGHI : APROVADA.  
Vai ao Senado Federal.  
(PL. 3.407-C/89).

DCN

AO SENADO FEDERAL, PELO OF.



Dispõe sobre o porte de armas curtas pelos motoristas de cargas autônomos ou de empresas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Os motoristas de cargas que trabalhem por conta própria ou por relação contratual de trabalho, poderão transportar no veículo de transporte de cargas, durante o período de trabalho, armas de fogo de cano curto, exclusivamente para sua defesa pessoal.

§ 1º - A comprovação do exercício da profissão será concedida pelo respectivo sindicato ou autoridade municipal competente e a autorização para porte de arma será expedida pelo Departamento de Polícia Federal à vista de elementos que comprovem bons antecedentes e exercício atual da profissão.

§ 2º - Não serão objetos de autorização o porte relativo a armas de uso exclusivo das Forças Armadas ou cuja parte seja proibido a particulares.

§ 3º - A autorização será concedida por 2 (dois) anos renováveis a cada período idêntico, sob pena de apreensão.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias após sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, em 05 de dezembro de 1990.

A handwritten signature in dark ink, appearing to be "A. de A. 3", is written below the text of the bill.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PROJETO DE LEI Nº 3.407-B, DE 1989

(Do Sr. Gonzaga Patriota)

Dispõe sobre o porte de armas curtas pelos motoristas de cargas autônomos ou de empresas; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação. Parecer às emendas de Plenário: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação da Emenda nº 1 e rejeição da de nº 2.

(Projeto de Lei nº 3.407-A, de 1989, emendado em plenário, a que se refere o parecer.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os motoristas de cargas que trabalhem por conta própria ou por relação contratual de trabalho, poderão transportar no veículo de transporte de cargas, durante o período de trabalho, armas de fogo de cano curto, exclusivamente para sua defesa pessoal.

§ 1º A comprovação do exercício de profissão será feita pelo respectivo sindicato e a autorização para porte de arma será expedida pela autoridade policial de domicílio do interessado à vista de elementos que comprovem bons antecedentes e exercício atual da profissão.

§ 2º Não serão objetos de autorização o porte relativo a armas de uso exclusivo das Forças Armadas ou cujo porte seja proibido a particulares.

§ 3º A autorização será concedida por 2 (dois) anos renováveis a cada período idêntico, sob pena de apreensão.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei 90 (noventa) dias após sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

O motorista de transporte de cargas é elemento que transporta riquezas, constituídas pelos bens que transporta.

A vida desses profissionais é folclórica, às vezes perigosa, pelas aventuras que vivenciam na sua faina diária.

Os jornais a cada instante noticiam furtos, e até assassinatos desses profissionais.

É preciso em razão disso, conferir-lhes garantias que os protejam do desamparo pessoal em que se encontram.

O motorista de carga viaja por dias, atravessando paragens desoladas, em condições pessoais de cansaço e desamparo, sendo alvo fácil de assaltantes e marginais de modo geral.

Por estas razões parece-nos indispensável conceder-lhes o porte de arma, quando em serviço, para uso e transporte dentro do veículo.

Com as proibições constantes do § 1º do art. 1º, impede-se o uso de armas pesadas por estes profissionais, procurando, assim, caracterizar a defesa própria como fato relevante para outorga da licença.

São as nossas justificações.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 1989. — Deputado **Gonzaga Patriota**.

#### PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

##### I — Relatório

O Projeto de Lei nº 3.407, de 1989, de autoria do Deputado Gonzaga Patriota, destina-se a autorizar o porte de armas curtas por motoristas de carga, enquanto no exercício da profissão.

Apesar de dispor sobre a comprovação do exercício da atividade e a autorização para o porte de arma pela autoridade policial competente, o projeto incumbe o Poder Executivo de regulamentar a lei nos 90 dias subseqüentes à sua publicação.

##### II — Voto do Relator

O projeto é constitucional, jurídico e está redigido em boa técnica legislativa.

O parecer é pela aprovação, no mérito.

Sala da Comissão, 12 de outubro de 1989. — **Ibrahim Abi-Ackel**, Relator.

##### III — Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.407/89, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Nelson Jobim, Presidente; João Natal, Vice-Presidente; Arnaldo Moraes, Carlos Vinagre, Harlan Gadelha, Hélio Manhães, José Dutra, Leopoldo Souza, Mendes Ribeiro, Michel Temer, Aloysio Chaves, Dionísio Hage, Eliézer Moreira, Francisco Benjamim, Horácio Ferraz, Jorge Hage, Gerson Peres, Doutel de Andrade, Benedicto Monteiro, José Genoíno, José Maria Eymael, Marcos Formiga, Aldo Arantes, Roberto



Freire, Nilson Gibson, Osvaldo Macedo, Plínio Martins, Renato Vianna, Rosário Congro Neto, Sérgio Spada, Theodoro Mendes, Tito Costa, Messias Góis, Ney Lopes, Oscar Corrêa, Juarez Marques Batista, Sigmaringa Seixas, Ibrahim Abi-Ackel, Sílvio Abreu, Roberto Torres, Afri-sio Vieira Lima, Aluizio Campos, Alcides Lima, Adylson Motta, Jesus Tajra, Rodrigues Palma e Gonzaga Patriota.

Sala da Comissão, 29 de novembro de 1989. —  
Deputado **Nelson Jobim**, Presidente — Depu-  
tado **Ibrahim Abi-Ackel**, Relator.

#### EMENDAS OFERECIDAS EM PLENÁRIO Nº 1

Substituir a expressão "armas de fogo" por  
"arma de fogo" no **caput** do art. 1º do referido  
projeto.

#### Justificação

Não foi intuito do nobre deputado autor do  
projeto, criar verdadeiros arsenais em mãos de  
motoristas de caminhão e sim proporcionar con-  
dições mínimas de defesa pessoal, por isso a  
singularização da expressão "armas de fogo" se  
faz necessária.

Sala das Sessões, maio de 1990. —  
Deputado **Gidel Dantas**.

Nº 2

Dê-se a seguinte redação ao § 1º do art. 1º  
do referido projeto:

Art. 1º .....

§ 1º A comprovação do exercício da profissão  
será concedida pelo respectivo sindicato ou  
autoridade municipal competente e a autoriza-  
ção para porte de arma será expedida pelo De-  
partamento de Polícia Federal à vista de ele-  
mentos que comprovem bons antecedentes e e-  
xercício atual da profissão.

#### Justificação

Os usuários do porte normalmente tráfegarão  
por todo o território nacional e por isso a  
necessidade de um porte de amplitude federal.

Sala das Sessões, de maio de 1990. —  
Deputado **Gidel Dantas**.

#### PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

#### I e II — Relatório e Voto do Relator

Após receber duas emendas em Plenário, o  
Projeto de Lei nº 3.407, de autoria do Deputa-  
do Gonzaga Patriota, volta à Comissão de Cons-  
tituição e Justiça e de Redação. A primeira  
emenda substitui a expressão "armas de fogo"  
por "arma de fogo" no **caput** do art. 1º. A se-  
gunda dispõe sobre a comprovação do exercício  
da profissão e a competência do Departamento  
de Polícia Federal para a expedição do porte  
de arma.

Entendi, ao relatar o projeto, que a **mens  
legis** era exatamente a de propiciar a cada mo-  
torista de carga o porte de uma arma de cano  
curto, destinada exclusivamente à sua defesa  
pessoal. Pareceu-me irrelevante o plural, mes-

mo porque tal arma de fogo somente poderá ser  
conduzida mediante seu respectivo registro e  
documento de porte, o que desde logo submete à  
autoridade policial, incumbida de tais dili-  
gências, o controle de tais situações. Não te-  
nho, porém, nenhuma objeção a que se reduza a  
expressão ao singular, razão pela qual meu pa-  
recer é de que se acolha a primeira emenda.

Cumpr-me, porém, formular objeções à segun-  
da emenda. A comprovação do exercício profis-  
sional deve ficar restrita ao sindicato res-  
pectivo, único detentor dos registros  
competentes. A autoridade municipal, qualquer  
que seja, teria que se valer de informações  
colhidas exatamente em registros profissionais  
para emitir qualquer documento de comprovação  
do exercício da profissão. O controle da expedi-  
ção dos registros de arma e respectivos por-  
tes aconselha a exclusividade da fonte de in-  
formação para fiscalização do uso de tais  
armas.

Por outro lado, o porte de arma deverá ser  
expedido pela autoridade policial do domicí-  
lio do interessado, tal como dispõe o projeto.  
Esta autoridade integra necessariamente a Se-  
cretaria de Segurança Pública de cada unidade  
federada, o que permitirá a reunião de todos  
os dados pertinentes à matéria na respectiva  
Delegacia especializada.

Eventuais necessidades de controle não con-  
templadas no projeto ficarão por conta da re-  
gulamentação, a ser processada pelo Poder Exe-  
cutivo, nos termos do art. 3º.

Por estas razões, sou de parecer que a se-  
gunda emenda deve ser rejeitada.

Sala das Comissões, 6 de junho de 1990. —  
Deputado **Ibrahim Abi-Ackel**, Relator.

#### III — Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de  
Redação, em reunião ordinária plenária reali-  
zada hoje, opinou unanimemente pela constitu-  
cionalidade, juridicidade, técnica legislativa e,  
no mérito, pela aprovação da Emenda nº 1 e  
rejeição da de nº 2, nos termos do parecer do  
relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:  
Theodoro Mendes, Presidente; José Dutra, Vice-  
Presidente; Carlos Vinagre, Harlan Gadelha,  
Hélio Manhães, Leopoldo Souza, Evaldo Gonçal-  
ves, Horácio Ferraz, Jairo Carneiro, José Tho-  
maz Nonô, José Guedes, Gonzaga Patriota, Antô-  
nio Câmara, José Genoíno, Michel Temer, Nelson  
Jobim, Nilson Gibson, Renato Vianna, Messias  
Góis, Ney Lopes, Moema São Thiago, Plínio Mar-  
tins, Sigmaringa Seixas, Gerson Peres, Marcos  
Formiga, Tarso Genro, José Maria Eymael, Antô-  
nio de Jesus, Fernando Velasco, Genebaldo Cor-  
reia, Aloysio Chaves, Francisco Benjamim, Egí-  
dio Ferreira Lima, Adylson Motta, Jorge Arba-  
ge, Fernando Santana, Jovani Masini, Raimundo  
Bezerra, Samir Achôa, Gilberto Carvalho, Je-  
sualdo Cavalcanti, Rosário Congro Neto e Jorge  
Hage.

Sala da Comissão, 22 de agosto de 1990. —  
Deputado **Theodoro Mendes**, Presidente — Depu-  
tado **Ibrahim Abi-Ackel**, Relator.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PROJETO DE LEI Nº 3.407-B, DE 1989

(Do Sr. Gonzaga Patriota)

Dispõe sobre o porte de armas curtas pelos motoristas de cargas autônomos ou de empresas; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação. Parecer às emendas de Plenário: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação da Emenda nº 1 e rejeição da de nº 2.

(Projeto de Lei nº 3.407-A, de 1989, emendado em plenário, a que se refere o parecer.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os motoristas de cargas que trabalhem por conta própria ou por relação contratual de trabalho, poderão transportar no veículo de transporte de cargas, durante o período de trabalho, armas de fogo de cano curto, exclusivamente para sua defesa pessoal.

§ 1º A comprovação do exercício de profissão será feita pelo respectivo sindicato e a autorização para porte de arma será expedida pela autoridade policial de domicílio do interessado à vista de elementos que comprovem bons antecedentes e exercício atual da profissão.

§ 2º Não serão objetos de autorização o porte relativo a armas de uso exclusivo das Forças Armadas ou cujo porte seja proibido a particulares.

§ 3º A autorização será concedida por 2 (dois) anos renováveis a cada período idêntico, sob pena de apreensão.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei 90 (noventa) dias após sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

O motorista de transporte de cargas é elemento que transporta riquezas, constituídas pelos bens que transporta.

A vida desses profissionais é folclórica, às vezes perigosa, pelas aventuras que vivenciam na sua faina diária.

Os jornais a cada instante noticiam furtos, e até assassinatos desses profissionais.

É preciso em razão disso, conferir-lhes garantias que os protejam do desamparo pessoal em que se encontram.

O motorista de carga viaja por dias, atravessando paragens desoladas, em condições pessoais de cansaço e desamparo, sendo alvo fácil de assaltantes e marginais de modo geral.

Por estas razões parece-nos indispensável conceder-lhes o porte de arma, quando em serviço, para uso e transporte dentro do veículo.

Com as proibições constantes do § 1º do art. 1º, impede-se o uso de armas pesadas por estes profissionais, procurando, assim, caracterizar a defesa própria como fato relevante para outorga da licença.

São as nossas justificações.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 1989. — Deputado **Gonzaga Patriota**.

#### PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

##### I — Relatório

O Projeto de Lei nº 3.407, de 1989, de autoria do Deputado Gonzaga Patriota, destina-se a autorizar o porte de armas curtas por motoristas de carga, enquanto no exercício da profissão.

Apesar de dispor sobre a comprovação do exercício da atividade e a autorização para o porte de arma pela autoridade policial competente, o projeto incumbe o Poder Executivo de regulamentar a lei nos 90 dias subseqüentes à sua publicação.

##### II — Voto do Relator

O projeto é constitucional, jurídico e está redigido em boa técnica legislativa.

O parecer é pela aprovação, no mérito.

Sala da Comissão, 12 de outubro de 1989. — **Ibrahim Abi-Ackel**, Relator.

##### III — Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.407/89, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Nelson Jobim, Presidente; João Natal, Vice-Presidente; Arnaldo Moraes, Carlos Vinagre, Harlan Gadelha, Hélio Manhães, José Dutra, Leopoldo Souza, Mendes Ribeiro, Michel Temer, Aloysio Chaves, Dionísio Hage, Eliézer Moreira, Francisco Benjamim, Horácio Ferraz, Jorge Hage, Gerson Peres, Doutel de Andrade, Benedicto Monteiro, José Genoíno, José Maria Eymael, Marcos Formiga, Aldo Arantes, Roberto



Freire, Nilson Gibson, Osvaldo Macedo, Plínio Martins, Renato Vianna, Rosário Congro Neto, Sérgio Spada, Theodoro Mendes, Tito Costa, Messias Góis, Ney Lopes, Oscar Corrêa, Juarez Marques Batista, Sigmaringa Seixas, Ibrahim Abi-Ackel, Sílvio Abreu, Roberto Torres, Afrísio Vieira Lima, Aluísio Campos, Alcides Lima, Adylson Motta, Jesus Tajra, Rodrigues Palma e Gonzaga Patriota.

Sala da Comissão, 29 de novembro de 1989. —  
Deputado **Nelson Jobim**, Presidente — Depu-  
tado **Ibrahim Abi-Ackel**, Relator.

EMENDAS OFERECIDAS EM PLENÁRIO  
Nº 1

Substituir a expressão "armas de fogo" por  
"arma de fogo" no **caput** do art. 1º do referido  
projeto.

**Justificação**

Não foi intuito do nobre deputado autor do  
projeto, criar verdadeiros arsenais em mãos de  
motoristas de caminhão e sim proporcionar con-  
dições mínimas de defesa pessoal, por isso a  
singularização da expressão "armas de fogo" se  
faz necessária.

Sala das Sessões, maio de 1990. —  
Deputado **Gidel Dantas**.  
Nº 2

Dê-se a seguinte redação ao § 1º do art. 1º  
do referido projeto:

Art. 1º .....

§ 1º A comprovação do exercício da profissão  
será concedida pelo respectivo sindicato ou  
autoridade municipal competente e a autoriza-  
ção para porte de arma será expedida pelo De-  
partamento de Polícia Federal à vista de ele-  
mentos que comprovem bons antecedentes e e-  
xercício atual da profissão.

**Justificação**

Os usuários do porte normalmente tráfegarão  
por todo o território nacional e por isso a  
necessidade de um porte de amplitude federal.

Sala das Sessões, de maio de 1990. —  
Deputado **Gidel Dantas**.

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

**I e II — Relatório e Voto do Relator**

Após receber duas emendas em Plenário, o  
Projeto de Lei nº 3.407, de autoria do Deputa-  
do Gonzaga Patriota, volta à Comissão de Cons-  
tituição e Justiça e de Redação. A primeira  
emenda substitui a expressão "armas de fogo"  
por "arma de fogo" no **caput** do art. 1º. A se-  
gunda dispõe sobre a comprovação do exercício  
da profissão e a competência do Departamento  
de Polícia Federal para a expedição do porte  
de arma.

Entendi, ao relatar o projeto, que a **mens  
legis** era exatamente a de propiciar a cada mo-  
torista de carga o porte de uma arma de cano  
curto, destinada exclusivamente à sua defesa  
pessoal. Pareceu-me irrelevante o plural, mes-

mo porque tal arma de fogo somente poderá ser  
conduzida mediante seu respectivo registro e  
documento de porte, o que desde logo submete à  
autoridade policial, incumbida de tais dili-  
gências, o controle de tais situações. Não te-  
nho, porém, nenhuma objeção a que se reduza a  
expressão ao singular, razão pela qual meu pa-  
recer é de que se acolha a primeira emenda.

Cumpre-me, porém, formular objeções à segun-  
da emenda. A comprovação do exercício profis-  
sional deve ficar restrita ao sindicato res-  
pectivo, único detentor dos registros  
competentes. A autoridade municipal, qualquer  
que seja, teria que se valer de informações  
colhidas exatamente em registros profissionais  
para emitir qualquer documento de comprovação  
do exercício da profissão. O controle da expe-  
dição dos registros de arma e respectivos por-  
tes aconselha a exclusividade da fonte de in-  
formação para fiscalização do uso de tais  
armas.

Por outro lado, o porte de arma deverá ser  
expedido pela autoridade policial do domicí-  
lio do interessado, tal como dispõe o projeto.  
Esta autoridade integra necessariamente a Se-  
cretaria de Segurança Pública de cada unidade  
federada, o que permitirá a reunião de todos  
os dados pertinentes à matéria na respectiva  
Delegacia especializada.

Eventuais necessidades de controle não con-  
templadas no projeto ficarão por conta da re-  
gulamentação, a ser processada pelo Poder Exe-  
cutivo, nos termos do art. 3º.

Por estas razões, sou de parecer que a se-  
gunda emenda deve ser rejeitada.

Sala das Comissões, 6 de junho de 1990. —  
Deputado **Ibrahim Abi-Ackel**, Relator.

**III — Parecer da Comissão**

A Comissão de Constituição e Justiça e de  
Redação, em reunião ordinária plenária reali-  
zada hoje, opinou unanimemente pela constitu-  
cionalidade, juridicidade, técnica legislativa  
e, no mérito, pela aprovação da Emenda nº 1 e  
rejeição da de nº 2, nos termos do parecer do  
relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:  
Theodoro Mendes, Presidente; José Dutra, Vice-  
Presidente; Carlos Vinagre, Harlan Gadelha,  
Hélio Manhães, Leopoldo Souza, Evaldo Gonçal-  
ves, Horácio Ferraz, Jairo Carneiro, José Tho-  
maz Nonó, José Guedes, Gonzaga Patriota, Antô-  
nio Câmara, José Genoíno, Michel Temer, Nelson  
Jobim, Nilson Gibson, Renato Vianna, Messias  
Góis, Ney Lopes, Moema São Thiago, Plínio Mar-  
tins, Sigmaringa Seixas, Gerson Peres, Marcos  
Formiga, Tarso Genro, José Maria Eymael, Antô-  
nio de Jesus, Fernando Velasco, Genebaldo Cor-  
reia, Aloysio Chaves, Francisco Benjamim, Egí-  
dio Ferreira Lima, Adylson Motta, Jorge Arba-  
ge, Fernando Santana, Jovani Masini, Raimundo  
Bezerra, Samir Achôa, Gilberto Carvalho, Je-  
sualdo Cavalcanti, Rosário Congro Neto e Jorge  
Hage.

Sala da Comissão, 22 de agosto de 1990. —  
Deputado **Theodoro Mendes**, Presidente — Depu-  
tado **Ibrahim Abi-Ackel**, Relator.